

REFLEXÕES SOBRE A CIDADE CAPITALISTA A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE SIMMEL E HARVEY

Clarice CASSAB

Universidade Federal de Juiz de Fora
claricecassab@yahoo.com.br
Rua Virgulino João da Silva, 88/102. São Pedro.
Juiz de Fora – MG 36036-610

Resumo: Entender a cidade capitalista em algumas das suas múltiplas dimensões é objetivo desse artigo. Este exercício se produzirá a partir das contribuições de dois autores que, em momentos distintos e por enfoques diferentes, se debruçaram sobre esse objeto. Assim, será buscando em Simmel e Harvey alguns elementos de reflexão sobre a cidade que pretende-se lançar as primeiras sementes para o entendimento de como se processam as diferentes formas de apropriação da cidade por parte de seus habitantes.

Palavras-Chave: Cidade capitalista; Harvey; Simmel.

Abstract: To understand the capitalist city in some of its multiple dimensions is objective of this article. This exercise will be produced from the contributions of two authors who, at distinct moments and for different approaches, if had leaned over on this object. Thus, it will be searching in Simmel and Harvey some elements of reflection about the city that is intended to launch the first seeds for the agreement of as if they process the different forms of appropriation of the city on the part of its inhabitants.

Key-words: Capitalist city; Harvey; Simmel.

INTRODUÇÃO: LANÇANDO O DESAFIO

O que se propõe nesse texto é um desafio. Pensar os impactos da cidade capitalista nas dimensões subjetiva e objetiva de seus moradores e de que forma isso se reflete no processo de precarização territorial e nas possibilidades de uso e apropriação da própria cidade. O que se apresenta são reflexões iniciais postas aqui para debate. Dessa forma, serão feitas algumas notas sobre a temática da cidade capitalista a partir das contribuições de David Harvey, em seu livro *A justiça social e a cidade* e Georg Simmel, em *A metrópole e a vida mental*.

A opção por trabalhar ambos os autores centra-se no fato de serem esses referências no estudo sobre a cidade e o urbano. Além disso, ambos os autores, atendem as indagações ora colocadas nesse artigo. De formas distintas, tanto Simmel quanto Harvey, tem na cidade e no urbano o foco de seus interesses. O primeiro preocupado mais em compreender os impactos da vida urbana no indivíduo enquanto o segundo direciona sua reflexão nos processos de valorização do solo urbano. Acredita-se que os autores contribuem para compreender a cidade em algumas das suas múltiplas dimensões.

Sendo um texto ainda introdutório não haverá a preocupação em esgotar as teses apresentadas pelos autores. Esse trabalho é, antes de tudo, um roteiro que apresenta as idéias centrais dessas obras e que permite, ao término da exposição, estabelecer algumas pontes entre os autores no sentido de levantar elementos que contribuam para se pensar os impactos da precarização territorial no uso e apropriação da cidade.

A reflexão partirá do entendimento da relação entre capitalismo e urbanização e, tendo como ponto de origem, a relação capitalismo e cidade.

A CIDADE COMO CONSTRUÇÃO

Segundo Mumford (1998) o agente que promoveu a descentralização de uma economia de aldeia para uma economia urbana altamente organizada foi a instituição da realeza. Assim, ao contrário do que poderia se supor inicialmente, a origem da cidade não se explica essencialmente por sua função econômica (em torno de um mercado) mas pelos aspectos social e político.

A cidade não era por excelência o lugar da produção, mas da dominação. Nessa perspectiva, a cidade é tratada como realização humana – assume formas, características e funções distintas – produto da divisão, do tipo e dos objetos de trabalho e do poder nela centralizado. Lefebvre (2004:21), referindo-se ao que denomina *cidade política* afirma que ela “acompanha de perto o estabelecimento de uma vida social organizada” e é inteiramente “ordem e ordenação, poder”.

Originada a partir da passagem da vida nômade para a sedentária, possível pelo surgimento da agricultura, a origem da cidade está intimamente vinculadas ao domínio de técnicas e produção do excedente agrícola. A possibilidade de se produzir mais do que a demanda de consumo fez com que parte do grupo – agora sedentarizado - pudesse ser liberada da função da produção e passasse a controlar o excedente. É o momento em que se configura a divisão social do trabalho. É, portanto, na passagem do caçador (atividade vinculada a produção) para protetor e desse para o rei, que estão os elementos essenciais que explicam a origem das cidades.

O surgimento das cidades é resultante da separação espacial entre as atividades de plantio e colheita, armazenagem e distribuição do excedente. Essa especialização também promoveu a aparição de uma nova organização social mais complexa. Agora, dentro do grupo, não mais eram todos produtores. Destacavam-se aqueles responsáveis pela proteção e pelo poder político dado em função do controle do excedente.

Segundo Singer (1987:69), “a constituição da cidade é, ao mesmo tempo, uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção”. Contudo, se ambos os fatos podem ser separados em termos analíticos, no real estão intrinsecamente interligados.

As transformações históricas que permitiram a estruturação do capitalismo constituem conseqüências do próprio processo de urbanização, e não vice-versa. Mas se a cidade é anterior ao capitalismo é a partir dele que ela se torna um espaço fundamental na própria reprodução do sistema societário. Com o capitalismo a urbanização torna-se um processo expressivo e extenso em nível mundial¹. Para Mumford (1998:446), “o resultado final do capitalismo foi introduzir os costumes da praça de mercado, de maneira universal, em todos os cantos da cidade; nenhuma parte dela ficava imune à mudança, se esta pudesse ser conseguida em troca de lucro”.

A citação ajuda a compreender algumas das relações entre urbanização e capitalismo. Embora nas cidades antigas pré-capitalistas também se concentrassem atividades produtivas e mercantis, foi apenas com o capitalismo que essas ganharam força e expressão.

Na cidade política não havia lugar para troca e para o comércio que se realizavam fora da cidade em bairros específicos para isso. Contudo, pouco a pouco, a praça de mercado vai substituindo a praça política e a cidade mercantil-comercial vai tomando o lugar da cidade política. Esse movimento inicia-se ainda no feudalismo mas, “a transformação do mercado, de componente protegido da cidade medieval, (...), em instituição em expansão, que aplicava seus métodos e suas metas em todas as demais partes da cidade (...)vai se efetivar com o capitalismo” (Munford, 1998:447). A partir desse momento a troca comercial torna-se a função urbana e “desde então, a cidade não aparece mais, nem mesmo para si mesma, como uma ilha urbana num oceano camponês, ela não aparece mais para si mesma como paradoxo, monstro, inferno ou paraíso oposto à natureza Aldeã ou camponesa” (Lefebvre, 2004:23).

Será a cidade capitalista e, mais especificamente, a cidade capitalista industrial o objeto de estudo de Harvey e Simmels que, a partir de enfoques distintos, vão procurar desenvolver uma análise sobre o processo de urbanização.

GEORG SIMMEL: A METRÓPOLE E A VIDA MENTAL

Georg Simmel escreve *A metrópole e a vida mental* em 1903 na Alemanha. Em 1871 esse país unifica-se reunindo os vários estados em um único Estado-nação. No mesmo ano é proclamado o Segundo Reich por Bismarck. Sucessivas mudanças ocorriam numa velocidade surpreendente.

A Alemanha entrava de maneira acelerada em seu processo de industrialização. Dentre as conseqüências a forte migração campo-cidade. Milhares de pessoas saíam do campo e das pequenas aldeias em direção as cidades, procurando trabalho nas fábricas. A Alemanha traçava os caminhos rumo à modernidade.

É esse contexto de aceleradas mudanças que Simmel procura analisar e compreender. Sua reflexão parte da indagação sobre quais os impactos da vida na cidade, e da própria modernidade, nos indivíduos e em suas subjetividades.

Para o autor, a expansão do mercado, da circulação da moeda e da generalização das trocas monetárias teria levado a um intenso processo de racionalização do próprio indivíduo. A cidade é, em Simmel, por essência o local do mercado onde os indivíduos se deparam, constantemente, com

diversos e variados estímulos nervosos que podem levar a desestabilização do cidadão.

A base psicológica do tipo metropolitano de individualidade consiste na *intensificação dos estímulos nervosos*, que resulta na alteração brusca e ininterrupta entre estímulos exteriores e interiores. (...) Com cada atravessar de rua, como o ritmo e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social, a cidade faz um contraste profundo com a vida de cidade pequena e a vida rural no que se refere aos fundamentos sensoriais da vida psíquica (SIMMEL, 1973:12).

Diante desse perigo os indivíduos adotam algumas estratégias com o intuito de manter sua estabilidade psíquica. Simmel estabelece a relação entre a vida metropolitana e a individualização partindo da caracterização do que seria essa vida metropolitana e, conseqüentemente, quais os mecanismos desenvolvidos pelo homem moderno para garantir sua individualidade. A questão fundamental apresentada pelo autor é a respeito da busca dos indivíduos em preservar sua individualidade e autonomia frente às forças sociais, a herança histórica, a cultura externa e a técnica da vida.

Simmel pinta um verdadeiro quadro psico-social da metrópole. Para o autor, sendo a metrópole sede da economia monetária, a generalização do dinheiro promove uma nova racionalidade. Ou seja, o dinheiro faria com que os indivíduos se relacionassem cada vez mais de forma racional e objetiva, levando a uma impessoalidade das relações sociais. Estas, por sua vez, perdem seu caráter subjetivo e se reduzem a *quanto?* Para Simmel, o homem metropolitano estaria sempre negociando e nessa relação as pessoas são tratadas como números ou como elementos em si mesmos indiferentes.

Assim, prossegue o autor, ao mesmo tempo em que o dinheiro cria essa racionalidade ele também unifica e homogeniza os indivíduos transformando todas as relações em relações mercantis. Isso porque ele torna-se o denominador comum de todos os valores, eliminando a essência das coisas, “sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade” (SIMMEL, 1976: 15).

Diante dessas forças esmagadoras da metrópole o homem desenvolve alguns mecanismos de defesa: a atitude *blasé*, a reserva e a antipatia. A primeira se constitui numa defesa aos inúmeros estímulos impostos aos nervos que fazem com que os indivíduos se tornem incapazes de “reagir a

novas sensações com a energia apropriada” (SIMMEL, 1976:16). Esse elemento é acrescido pelo fato de que;

A essência da atitude *blasé* consiste no embotamento do poder de discriminar. Isto não significa que os objetos não sejam percebidos, (...) mas antes que o significado e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas, são experimentados como destituídos de substância. Elas aparecem à pessoa *blasé*, num tom uniformemente plano e fosco; objeto algum merece preferência sobre outro. Este estado de ânimo é fiel reflexo subjetivo da economia do dinheiro completamente interiorizada (SIMMEL, 1976:16).

Simmel (1976:17) dá especial atenção à reserva e a antipatia ao dizer que esses elementos ao comporem o estilo de vida metropolitano, conferem ao indivíduo “uma qualidade e quantidade de liberdade pessoal”. Diz o autor:

Essa atitude mental dos metropolitanos um para com o outro, podemos chamar (...) de reserva. Se houvesse, em resposta aos contínuos contatos externos com inúmeras pessoas, tantas reações interiores quanto as da cidade pequena, onde se conhece quase todo mundo que se encontra e onde se tem uma relação positiva com quase todos, a pessoa ficaria completamente atomizada internamente e chegaria a um estado psíquico inimaginável.

A reserva seria, dessa forma uma estratégia diante dos inúmeros estímulos mas também o que o autor chama “o direito de desconfiar que os homens têm em face dos elementos superficiais da vida metropolitana” (SIMMEL, 1976:17). Se de um lado, essa reserva constrói uma imagem de frieza aos moradores das metrópoles, resultante de uma antipatia, por outro, “confere ao indivíduo uma qualidade e uma quantidade de liberdade pessoal que não tem qualquer analogia sob outras condições” (SIMMEL, 1976:18).

Nesse aspecto, o autor sinaliza certa positividade da vida metropolitana ao valorizar o homem metropolitano como livre e a vivência múltipla como libertadora. No entanto, essa liberdade não necessariamente precisa reverter-se em conforto na vida pessoal desse homem metropolitano.

Ainda para Simmel (1976), a cidade é o local primordial da divisão econômica do trabalho que, por sua vez, cria outro mecanismo de defesa:

a especialização. Considerando a cidade como fundamentalmente o local de trocas, de mercado, um vendedor precisa diferenciar-se dos demais para atrair os clientes, buscando sempre atender as novas e diferenciadas necessidades do consumidor.

Diante desse quadro – cidade como sede das relações monetárias e da divisão social do trabalho, os mecanismos de reserva e antipatia, a individualização e objetivação das relações, a especialização etc – o homem urbano precisa afirmar sua própria personalidade. É nesse momento que ele adota determinadas peculiaridades e extravagâncias para se diferenciar e se individualizar.

Em suma, na predominância da objetividade sobre a subjetividade o indivíduo tornou-se “um mero elo em uma enorme organização de coisas”, homogeneizando as relações e tirando o caráter subjetivo de sua vida. É tentando romper com isso que o homem metropolitano procura se diferenciar dos outros buscando preservar o que está em sua essência, o que lhe é particular. Ele precisa se diferenciar da multidão metropolitana até mesmo para se reconhecer.

É possível citar como exemplo dessa busca pela individualização a adoção a uma moda. Pessoas e grupos que buscam se diferenciar da multidão adotando determinado estilo de se vestir ou mesmo de se comportar. São assim, por exemplo, as tribos urbanas.

A busca radical pela individualização dentro dessas relações objetivas, impostas pela vida metropolitana seria a explicação para o ódio que alguns nutrem pela metrópole. Mas, por outro lado, essas pessoas – e particularmente Simmel cita Nietzsche, são adoradas por justamente pregarem a busca por essa individualização dentro de um ambiente que tende a homogeneizar e objetivar os indivíduos. Assim, a metrópole seria ao mesmo tempo o cemitério e o berço do indivíduo, no sentido que ao homogeneizar ela também promove a busca incessante pela individualização.

DAVID HARVEY: A JUSTIÇA SOCIAL E A CIDADE

Se, em grande medida, Simmel (1976), em texto já clássico, tentará compreender os impactos da sociedade urbana nas subjetividades dos indivíduos o trabalho de Harvey (1980) procura descortinar as condições objetivas que levam aos diferentes usos da cidade.

Em grande medida o argumento centra-se no fato de que o espaço urbano capitalista reflete a complexa estrutura social desigual do capitalismo e a cidade é vista como o local da reprodução das relações de produção.

Seguindo essa premissa, Harvey (1980) teoriza sobre o uso do solo urbano a partir da valorização do espaço. A construção dessa teoria parte da superação crítica das teorias funcionais clássicas de uso do solo urbano e enquadra-se dentro de uma preocupação com a análise da totalidade tanto no âmbito econômico como social. A teoria do valor em Marx é o ponto de partida para o entendimento do processo de valorização do espaço urbano.

O autor constrói sua tese a partir do par dialético valor de uso/valor de troca e do entendimento de que cada mercadoria, no capitalismo, assume esse duplo aspecto. Valor de uso e valor de troca não tem significado em si. Ganham significados apenas através do relacionamento entre si e através de sua relação às situações.

O valor de troca é criado a partir da aplicação de trabalho socialmente necessário aos objetos da natureza. Estes, pelo trabalho, tornam-se objetos materiais (mercadoria) e passam a ser destinados ao consumo (uso) pelo homem. No capitalismo, o valor de troca antecede ao valor de uso pois a produção de coisas úteis para os homens ocorre apenas quando são lucrativas ao capital. Isso significa que o valor de uso é produzido apenas quando é portador de valores de troca.

Nessa lógica, caso o valor de uso não se realize enquanto valor de troca, isso é, como mercadoria, ele não é produzido. Mesmo que seja essencial à humanidade ele não se realiza enquanto valor de uso por não possuir valor de troca e, conseqüentemente, não atenderá a nenhuma necessidade social. Assim, afirma Marx (apud Rosdolsky, 2001:80):

É esta relação que põe no valor de uso o carimbo de mercadoria (...). O valor de troca não se apresenta como sendo determinado pelo valor de uso; ao contrário, a mercadoria só se torna mercadoria, só se realiza como valor de troca, na medida em que seu possuidor deixa de comportar-se diante dela como estando diante de um valor de uso.

Para Harvey, o solo urbano não fugiria a essa dinâmica uma vez que também se constituiria em mercadoria no capitalismo. Mas uma mercadoria especial, pois dotada de especificidades. Suas especificidades estariam no fato de ser um bem restrito – já que não seria reproduzido – e condição de existência – já que não seria possível viver fora do espaço. Além de mercadoria indispensável e fixa, o solo também tem a característica de

mudar de mãos com pouca frequência e ser permanente. Também é grande a probabilidade de vida das benfeitorias. Por fim, a troca no mercado do solo ocorre em um momento de tempo, mas o uso se estende por um período de tempo ainda maior, o que também permite que essa mercadoria tenha usos diferentes e numerosos e não mutuamente exclusivos para o usuário.

São essas características, portanto, que tornam o solo urbano uma mercadoria especial e cara. Para Harvey, são muitos os atores que atuam no mercado de solo e que acionam e operam os valores de uso e troca dessa mercadoria. O primeiro deles seria o usuário que consome os vários aspectos do solo de acordo com seus desejos e necessidades. Este se subdividiria em dois. Os usuários proprietários que se interessam pelo valor de troca em dois momentos: na compra e em reformas maiores que os obrigam a pensar nas suas restrições orçamentárias. Para os usuários locatários prevalece o valor de uso já que o valor de troca vai para o proprietário. No entanto, para ambos o objetivo é obter valores de uso através do arranjo do valor de troca.

O segundo agente seriam os corretores de imóveis. Estes operam no mercado com o fim de obter valor de troca sendo que seu lucro é adquirido pela compra e venda ou através da cobrança de custos de transação para seus serviços como intermediários. Para esse ator, o valor de uso está no volume de transações já que por estas obtém o valor de troca.

O proprietário é o terceiro agente. Estes, em sua maioria, têm no valor de troca seu objetivo pois o solo não tem valor de uso para esse ator. Os incorporadores imobiliários constituem outro agente. Sua ação cria novos valores de uso para outros e, desse modo, realizam valor de troca para si próprios.

Já as instituições financeiras atuam no sentido de obterem valores de troca por meio de financiamento e oportunidades para criação ou aquisição de valores de uso. Por fim, as instituições governamentais que interferem, direta ou indiretamente, na produção de valores de uso e de troca. São ações desse ator, dentre outras, a construção de moradias, alocação de serviços, facilidades e vias de acesso. Também podem auxiliar às instituições financeiras, incorporadores e indústria da construção nas obtenção de valor de troca (HARVEY, 1980).

A propriedade dá ao proprietário a condição de extrair renda do solo. A renda inclui a troca, em valor, de direitos de propriedade de um indivíduo. Esta se dá pelo valor real da propriedade. Além disso, o poder sobre determinados recursos escassos é definido pela sua acessibilidade e pelo seu preço.

Para Marx (1967), existiriam três tipos de renda. A renda de monopólio é extraída pelo proprietário quando o solo possui uma condição única em relação ao mercado. Nesse caso, o detentor do monopólio pode definir um preço a revelia do mercado. Para a extração dessa renda é preciso que haja consumidores dispostos a pagarem o preço estabelecido considerando não o custo da produção, mas a raridade da mercadoria solo. A renda absoluta refere-se ao simples fato do proprietário deter a propriedade privada da terra e sendo ela um bem finito. A renda diferencial é apropriada a partir da diferença entre “o preço da produção individual de um capital particular e o preço de produção geral do capital total investido na esfera concernente à produção” (MARX, 1967). Surge do “excedente de lucro de certas propriedades em situação de vantagem que são embolsadas pelo proprietário sob forma de renda. Uma variável importante é a localização relativa que pode auferir vantagem ao proprietário” (HARVEY, 1980:154).

Identificar e compreender os “mecanismos ocultos” que de alguma forma influenciam a distribuição da renda nas cidades é um dos objetivos de Harvey no capítulo dois de seu livro *A Justiça Social e a Cidade*. Dentre esses mecanismos ocultos estariam a locação de empregos e moradias e o valor dos direitos de propriedade.

A locação de empregos e moradias bem como o valor dos direitos de propriedade influenciariam a acessibilidade e os preços desses recursos e, conseqüentemente, a redistribuição de renda. O autor chega a afirmar que: “o fracasso do emprego e das oportunidades de moradia em manter-se em equilíbrio têm imposto custos de acessibilidade para alguns grupos da população em relação a outros” (Harvey, 1980: 42)

O crescimento das cidades provocou uma reorganização na localização e distribuição de algumas atividades no sistema urbano. Essas mudanças seriam responsáveis pela elaboração de uma variedade de formas de redistribuição de renda.

Dentre as alterações nas formas espaciais das cidades, a transferência na localização da atividade econômica significou uma mudança na localização das oportunidades de emprego. A mudança na localização da atividade residencial representou uma mudança na localização de oportunidades de moradia. Ambas alteraram as formas de redistribuição de renda na cidade. Além disso, também estão relacionadas a gastos com transporte que, por sua vez, afetaram em grande escala, os custos de acesso as oportunidades de emprego a partir da localização da moradia.

Isto fica mais claro quando toma-se o exemplo exposto por Harvey: a suburbanização de muitas das cidades estadunidenses. Esse processo

significou a concentração de moradias de baixa renda na região central da cidade e de moradias de alta renda, bem como de oportunidades de emprego, nos subúrbios da cidade. Ou seja, o centro da cidade, predominantemente composto por uma população de baixa renda, teria poucas condições de gerar novas oportunidades de emprego que, por sua vez, são predominantemente localizados nos subúrbios. Por outro lado, em função da reduzida elasticidade na localização de moradias mais baratas, a população de renda baixa possuiria poucas oportunidades de se deslocarem do centro (onde não haveria emprego) para morarem nos subúrbios (onde se localizariam os empregos). Assim, a alternativa àquele morador de renda baixa que mora no centro e trabalha no subúrbio é o de gastar grandes somas para o seu transporte (casa-trabalho-casa).

Este processo significa uma redistribuição de renda dentro do espaço urbano. Distribuição essa regressiva pois, segundo as palavras de Harvey, “em geral o rico e o relativamente bem remediado podem conseguir grandes benefícios, enquanto o pobre, e conseqüentemente imóvel, tem somente oportunidades restritas”. (HARVEY, 1980, p. 51)

No que toca à valorização dos direitos de propriedade o que se observa é que as externalidades podem influenciar no valor da propriedade. Significa dizer que as ações externas de pessoas ou grupos, mais do que as ações dos próprios proprietários podem afetar o valor da propriedade. Essas ações não estão sobre o controle do proprietário e nem estão enquadrados num sistema de preços.

Essas externalidades podem ser positivas ou negativas para o valor da propriedade e constantemente influem no solo e no mercado de propriedades. Uma externalidade negativa ao valor de uma dada propriedade pode ser, por exemplo, a instalação de uma fábrica poluidora próxima a propriedade. Já uma externalidade positiva pode ser exemplificada pela localização de uma praça ou jardim próxima a propriedade. Ambas as ações se realizaram por sujeitos externos (seja um industrial ou o Estado, por exemplo). Isto é, o proprietário do imóvel, que sofreu os impactos da externalidade não foi o sujeito da ação.

No entanto o proprietário, ou um determinado grupo, pode influir no sentido de proporcionar externalidades que tragam efeitos positivos sobre seu imóvel. Nesse sentido, aqueles grupos econômica e politicamente mais fortes possuem mais condições de pressionarem o mercado no sentido de elevarem o valor de seus direitos de propriedade. Já aqueles mais fracos do ponto de vista econômico e político, sofrem mais no mercado de moradias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Simmel e Harvey, por caminhos distintos contribuem para a compreensão de alguns dos traços da cidade capitalista. Na cidade capitalista não apenas estão as condições objetivas mas também se produzem as condições subjetivas para a reprodução das desigualdades e do próprio modo de produção. Assim, seria possível pensar os impactos da sociedade urbana capitalista nos sujeitos também nos termos do (não) uso e (não) apropriação da cidade.

Harvey (1980) ajuda a compreender as dimensões objetivas da produção da cidade na medida em que apresenta a cidade capitalista como resultado no espaço dos processos de produção e circulação e sendo criada a partir de tensões e contradições referentes aos interesses do capital, Estado e trabalho. Neste movimento, a simples propriedade privada de determinada parcela do solo dá condição ao seu proprietário extrair uma renda, pois a própria posse privada deste bem é geradora de uma renda fundiária absoluta (HARVEY, 1980). Nesse processo, grande parcela dos cidadãos tem suas possibilidades de escolha locacional extremamente reduzidas. Elemento que configurará a segregação sócio-territorial, dificultando sobremaneira as possibilidades de uso e apropriação da cidade.

Embora escrito no início do século XX, o texto de Simmel mantém sua atualidade quando se pensa que hoje a atenção é muito maior as modas fugazes e uso de artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural. A estética pós-moderna celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e mercadificação de formas culturais. Acentua-se a volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas.

A ênfase está em valores e virtudes da instantaneidade e da descartabilidade. Valores, estilos de vida, lugares, pessoas são descartáveis com cada vez mais facilidade. As imagens tornam-se mercadorias e podem ser vendidas em massa instantaneamente no espaço. Perde-se o sentido de futuro e de continuidade. O tempo se presentifica (HARVEY, 1992). E é nesse sentido que a preocupação em entender as possibilidades de se preservar a autonomia, a subjetividade e a individualidade face às forças impessoais ainda parece se colocar como uma questão pertinente.

Na cidade capitalista moderna prevalece o racionalismo e a intensidade e velocidade de imagens, estímulos e impulsos nervosos que levam, na compreensão de Simmel, os indivíduos a desenvolverem mecanismos psíco-sociais de defesa e sobrevivência. Assim, num mundo

onde domina a lógica do dinheiro a objetividade e racionalidade, a impessoalidade e o distanciamento encontram espaço fértil.

Mas, se é possível ler a cidade como o espaço da produção e circulação da mercadoria, ela também é o local da vida dos sujeitos, espaço de sociabilidade e de interação. Contudo, na cidade capitalista essa dimensão se dilui. Os homens se perdem em atitude *blasé*. Desconhecem-se e se tornam invisíveis – embora alguns mais do que outros – a política não se realiza e a apatia se torna uma característica.

E neste movimento a “precarização territorial” parece contribuir significativamente. Resultado de processos aos quais diferentes grupos se concentram em diferentes áreas e bairros da cidade, a precarização territorial leva a restrições e distinções territoriais. Na formação das cidades capitalistas o que se observa é a existência das mais variadas formas desse fenômeno, desde aqueles produzidos pela etnia, nacionalidade até as de classe. A separação em territórios distintos refletiria as diferenças sociais, pois, se de um lado o espaço urbano possuiria os recursos necessários à reprodução social, a distribuição desses recursos revela chances desiguais de acesso.

Nesse sentido é possível pensar a cidade como objeto de apropriações diferenciadas e nesta lógica ocorre o afastamento daquele que não é desejável. No processo de desigualdade espacial parece também estar em jogo a capacidade de apropriação do espaço urbano como sendo um espaço decisivo para a produção e reprodução da vida dos sujeitos. A posição periférica no tecido urbano é reflexo das relações sociais de tipo desigual, que resultam em diferentes capacidades de apropriação do espaço urbano. A segregação sócio-territorial representaria “a concentração dos diversos segmentos sociais em territórios bem definidos e a institucionalização da inferioridade, da desclassificação e da imobilidade das classes populares” (CARVALHO, 2004:10).

Por essa razão que a apropriação também é entendida como a possibilidade que as pessoas possuem para se mover, possuir e agir. Apropriar-se remete a identificação com o espaço e, conseqüentemente, a possibilidade de sua transformação. Um espaço que não se faz parte ou não se identifica, não é apropriado e conseqüentemente transformado.

O que se verifica é que, em muitas situações, há reduzida possibilidade de apropriação econômica não podendo, com isso, intervir de maneira decisiva na estruturação do espaço urbano. Mas do que isso, suas possibilidades de apropriação sócio-cultural e psico-social também são limitadas.

É nesse sentido que ao se falar em desigualdades espaciais também se está falando da não possibilidade de apropriação dos espaços. O **circular** se configura como o ponto de partida para o conhecimento e ocupação da cidade. Através do “perambular” pelas ruas é possível tornar seu um espaço até então desconhecido.

Em uma posição isolada sócio-territorialmente perde-se a dimensão do circular livremente pelas ruas da cidade. Muitos permanecem circunscritos ao seu local de moradia. Dessa forma,

às oportunidades de mobilidade contrapõem-se a segregação, quando o sujeito se encerra em espaços que restringem suas oportunidades de ver, conhecer e ocupar a cidade. A circulação, como capital simbólico se distribui desigualmente na população, concorrendo para exacerbar as condições de pobreza, desemprego e inacessibilidade à educação (CASTRO, 2004:54).

Na cidade capitalista prevalecem os desconhecidos. Tudo é feito por desconhecidos. Sujeitos sem nome, sem rosto que em suas práticas, e por lógicas próprias como mostra Harvey (1989), modelam o espaço. As contradições e desigualdades sócio-espaciais se naturalizam tornando a objetividade das transações muito mais fácil. Simmel mostra como essa característica da cidade capitalista faz com que as relações pessoais percam seu lugar e leva a um estilo de vida que celebra a impessoalidade, a mecanismos de individualização, a apatia e, conseqüentemente, a não realização da política.

A cidade precisa ser conquistada e apreendida, para que possa ser entendida não apenas enquanto local de moradia ou da troca, mas também como espaço para ser apropriado e usado. Isso já que, o verdadeiro direito à cidade se “manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, a individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEVBRE, 2001, p. 135).

A imobilidade ou a mobilidade restrita fazem com que o entendimento dos processos de precarização territorial se torne obscuro. Mas, como afirma Santos (1993:54), “quando a aparência se dissolve, é a essência que começa a se impor à sensibilidade. Essa mudança é reveladora porque permite abandonar o mundo do fenômeno e abordar o universo das significações. É assim que renasce o homem livre”.

É sob essa ótica que o espaço pode comporta não apenas atividades objetivas e monótonas como também, vida, emoção e política. Transformam-se em mais do que apenas recurso e tornando-se abrigo e espaço para a cidadania. Nesse aspecto a dimensão espacial ganha expressão não apenas pelas relações sociais que nele se estabelecem no cotidiano. O espaço abre a possibilidade de se atingir outras dimensões da cidade e da cidadania. A cidade torna-se obra (LEFBREVE, 2001) e a invisibilidade, apatia e impessoalidade são superadas.

NOTAS

- 1 Importante salientar que isso não significa estabelecer uma relação direta entre origem do capitalismo e cidade. Em realidade, o que se observa é que no processo histórico o capitalismo tem sua origem no campo. Sobre essa discussão ver Wood (2001).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, Ináia Maria Moreira de. "Metrópoles e condições sociais". In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 2004, Coimbra. **Anais** do VIII congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais. Coimbra: 2004. p. 135-143.
- CASTRO, L. R. (2005). **Aventura urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- HARVEY, D. (1980). **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec.
- HARVEY, D. (1993). **Condição Pós-moderna**. São Paulo: edições Loyola.
- LEFEBVRE, H. (1999). **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- LEFEBVRE, H. (2001). **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro.
- MARX, K. (1967). **O Capital**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- MUMFORD, L. (1998). **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes Editora.
- ROSDOLSKY, R. (2001). **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto.
- SANTOS, M. (1993). **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993.

SIMMEL, G. (1976). "A metrópole e a vida mental". In: **O fenômeno urbano**. VELLOHO, Otávio (org.). Editora Zahar. Rio de Janeiro, p. 11-25.

SINGER, P. (1987). **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense.

WOOD, E. M. (2001). **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.